



OAB-BA disponibiliza inteligência artificial jurídica LIVIA (p. 13)

*Ferramenta reúne automação de documentos, gestão de processos
e atendimento por IA em uma única plataforma*

CNJ acolhe pedido da
OAB-BA e derruba exigência
de reconhecimento de firma
em procurações imobiliárias
(p. 9)

Câmara Municipal
homenageia presidenta e
vice-presidente da OAB-BA
(p. 19)

Conselho Seccional
da OAB-BA aprova, por
unanimidade, novo Regimento
Interno da Suped
(p. 29)

A ESA-BA inicia o ano consolidando uma atuação mais presente e conectada à realidade da advocacia baiana. Em **90 dias**, foram realizados **50 eventos**, com mais de **5.700 participações** entre atividades presenciais e online, refletindo um modelo que une alcance, consistência e aplicabilidade.

Com presença em Salvador e em todas as Subseções, a atuação se distribui de forma equilibrada entre capital e interior. A integração entre formatos presenciais, online e híbridos demonstra uma estratégia de formação continuada alinhada às diferentes rotinas e demandas da advocacia.

Mais do que números, os resultados indicam uma escola que organiza caminhos, aproxima teoria e prática e contribui de forma efetiva para o desenvolvimento profissional. A ESA-BA inicia 2026 com direção clara e foco no fortalecimento da advocacia.

50 EVENTOS

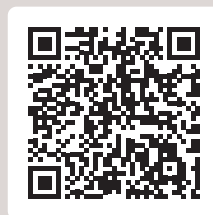
5.700 PARTICIPAÇÕES





GOLPE DO FALSO ADVOGADO

EVITE CILADA
ACESSE A CARTILHA



NÃO FAÇA PIX

PARA QUALQUER UM!

FALE DIRETAMENTE COM O SEU ADVOGADO!



BAHIA



DIRETORIA EXECUTIVA

Daniela Lima de Andrade Borges | presidenta
Hermes Hilarião Teixeira Neto | vice-presidente
Cléia Costa dos Santos | secretária-geral
Raphael Pitombo de Cristo | secretário-geral adjunto
Daniel Cardoso de Moraes | tesoureiro

CONSELHO FEDERAL

Esmeralda Maria de Oliveira
Fabrício de Castro Oliveira
Luiz Augusto Reis de Azevedo Coutinho
Luiz Viana Queiroz
Mariana Matos de Oliveira

CONSELHO SECCIONAL

Adriano Ferreira Batista de Souza
Alcides Emanuel Espindola Bulhões
Alice Maria Cavalcanti Cintra
Allah Nascimento Silva Muniz de Goes
Ana Beatriz Lisboa Pereira
Ana Carolina Alves Barreto
Ana Paula Moreira Góes
André Elbachá Vieira
André Luiz Queiroz Sturaro
Andressa de Albuquerque Cardoso Fonseca
Ângelo Ramos Pereira
Anna Carla Marques Fracalossi
Antônio Magalhães Lisboa Filho
Ary Clevison Almeida de Santana
Beatriz Nóvoa Marques
Betânia Rocha Rodrigues
Betha Brito Nova
Bruna Roldi Giaretton
Caio Mousinho Hita
Camila Dias dos Santos Carneiro
Carlos Frederico Ico Oliveira
Carlos Alberto Medauar Reis
Carlos Wilson Sales Costa
Carolina Bussen Brandão
Celso Vasques dos Reis Portella Filho
Cibele Gomes de Queiroz

Claudio Ferreira de Melo
Cinthya Viana Freire Fingergut
Daniela Carvalho Portugal
Daniella Miranda Santos
Daniele Silva Barbosa
David Bellas Câmara Bittencourt
David Roldan Vilasboas Lama
Deborah Talline Silva Carvalho
Delbo Augusto Silva Corado
Eduardo Rodrigues de Souza
Eliane Cristina Macêdo dos Santos
Emanuela Pompa Lapa
Emília Domingues Donato Bonfim
Esdras Ferreira Santos Silveira
Esequias Pereira de Oliveira Segundo
Esmeralda Halana da Costa Santana
Evany Candida Vieira dos Santos
Everardo Lima Ramos Júnior
Fabrício Bastos de Oliveira
Fabrício Moreira Santos
Fabrício Ghil Frieber
Fernanda Pereira Queiroz
Fernanda Souza Cardoso
Felipe Augusto Santiago Guimarães
Filipe de Abreu Reis
Filipe Campos Garbelotto
Florisvaldo Pasquinha de Matos Filho
France Anne Lopes Góis Nolasco
Gabriela Sepúlveda Sobrinho
Gabriela Braga Macêdo
Gabriela de Carvalho Melo Pita Araújo
Gabriella de Jesus Marinho
Gustavo de Góis Souza
Henrique Antônio de Arruda Martins
Humberto Graziano Valverde
Ibsen Noronha Fernandes
Isis Barreto Fedulo Franco
Janaina de Sousa Bastos
Jaques Douglas Garaffa
Jéssica Coimbra Santos
João Alves do Amaral

Joana Rêgo Silva Rodrigues
Joel Nunes Victória Júnior
Joeline Araújo Souza
Jonata William Sousa Da Silva
José Antônio dos Santos
Jussara Maria Santos de Souza
Karina Calixto de Mattos
Kerry Anne Esteves Farias
Lara Kauark Santana
Lara Rafaelle Pinho Soares
Larissa Sento Sé Rossi
Leandro Lopes de Castilho Fontoura
Leonardo Mendes Cruz
Lucas Baldoino Rosas Biondi
Luciana Rodrigues Vieira Lopes
Luis Vinicius de Aragão Costa
Luise Silva de Jesus Alves
Luiz Gabriel Batista Neves
Mailson Conceição de Jesus
Maíra Santana Vida
Márcia Gisele Rolim Cerqueira
Marcos Barroso de Oliveira
Marcos Fontes de Amorim e Santanna
Marcus José Andrade de Oliveira
Marcus Vinicius Barreto Serra Júnior
Marcus Vinicius Figueiredo de Sousa Rodrigues
Maria Amélia Maciel Machado
Maria Dantas de Argolo da Silva
Maria da Graça Bellino de Athayde de Antunes Varela
Maria Sampaio das Mercês Barroso
Maria Raimunda da Silva Oliveira
Marluzi Andrea Costa Barros
Micheline Flores Porto Dias
Murilo Augusto Rodrigues Moreira
Osmar Santos Palma Batista
Paulo Alberto Carneiro da Costa Filho
Paulo de Tarso Brito Silva Peixoto
Rafael Lino de Sousa
Rafael Menezes Trindade Barretto
Raquel Carneiro Santos Pedreira Franco
Renata Lins Azi
Riza Natália Moreira Alves da Silva
Roberto Cal Almeida Filho
Sarah Barros Galvão
Simone Ribeiro Lopes de Azevedo
Tâmara Costa Medina da Silva
Tamiride Monteiro Leite
Tereza Cristina Guerra Dória
Thyara Gonçalves Novais

Ubirajara Gondim de Brito Ávila
Vagner Bispo da Cunha
Valter Guilherme Costa de Almeida
Vinicius Meira Dantas
Vinicius Oliveira Santos
Vivian Vasconcelos dos Reis Santos
Wagner Veloso Martins
Yves Vasconcelos Freire
Zaqueu Soares Muniz

ESA | ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA ORLANDO GOMES

Sarah Barros Galvão | diretora-geral
Lilian Oliveira de Azevedo Almeida | vice-diretora
Jonata William Sousa da Silva | secretário-geral
Luciano Lima Figueiredo | diretor
Ubirajara Gondim de Brito Ávila | diretor

CAAB | CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DA BAHIA

Maurício Leahy | presidente
Renata Deiró | vice-presidenta
Marcos Bomfim | diretor-tesoureiro
Ilana Campos | secretária-geral
René Viana | secretário-geral adjunto e diretor de Saúde
Juliana Camões | diretora de Esportes
Ronaldo Soares | diretor de Relações Institucionais
Carolina Orrico | diretora de Convênios

TED | TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

Emília Roters Ribeiro | presidenta
João Alves Amaral | vice-presidente
Alexandre da Silva Medeiros Santos | secretário-geral
Ana Beatriz Lisboa Pereira | diretora
Fabricio Moreira Santos | diretor

REVISTA OAB | EDIÇÃO DE ABRIL DE 2026

Juliana Lopes e Meire Oliveira | Reportagem
Paulo Fortes | Edição e Assessoria de Imprensa
Angelino de Jesus | Fotografia
P55 Edição | Projeto gráfico e editoração

OAB Bahia

Rua Portão da Piedade, nº 16
Barris, Salvador – CEP: 40.070-045
Telefone: (71) 3329-8900

Sumário

<i>CNJ acolhe pedido da OAB-BA e derruba exigência de reconhecimento de firma em procurações imobiliárias</i>	9
<i>OAB-BA e PMBA articulam apuração rigorosa sobre agressões a advogados em Ipiaú</i>	10
<i>Após mobilização da OAB-BA, TJBA lança concurso para juiz substituto com 100 vagas</i>	11
<i>OAB vai ao STF defender o sigilo da advocacia</i>	12
<i>OAB-BA disponibiliza inteligência artificial jurídica LIVIA</i>	13
<i>OAB-BA acompanhará cumprimento de medidas determinadas pelo CNJ nas Turmas Recursais do TJBA</i>	15
<i>OAB-BA realiza desagravo em defesa do presidente da subseção de Serrinha, Nelson Filho</i>	17
<i>Comissão de Prerrogativas da OAB-BA atua em plantão e garante assistência à advocacia durante Carnaval</i>	18
<i>Câmara Municipal homenageia presidenta e vice-presidente da OAB-BA</i>	19
<i>TRE-BA garante honorários a advogados dativos em Maragogipe com base na tabela da OAB-BA</i>	21
<i>OAB Bahia abre programação do Março Mulher com diálogo sobre liderança feminina e desafios da advocacia</i>	22
<i>Quinto Constitucional: OAB-BA disponibiliza edital para formação de lista sêxtupla para vaga de desembargador do TRT5</i>	24
<i>Notas da Advocacia</i>	25

<i>Conselho Seccional da OAB–BA aprova, por unanimidade, novo Regimento Interno da Suped</i>	29
<i>OAB–BA prepara relatório sobre demandas da advocacia no Tribunal de Justiça da Bahia</i>	30
<i>OAB–BA discute criação do Fórum Permanente de Gênero e Justiça com representantes do sistema de Justiça e do Poder Público</i>	32
<i>TJBA cria Grupo de Saneamento para destravar processos em comarcas do interior</i>	34
<i>OAB–BA destaca avanço histórico com aprovação de projeto que criminaliza misoginia</i>	35
<i>OAB–BA reage à ausência do INSS em audiências e cobra posicionamento do TRF–1</i> .	37
<i>Relatório da Comissão de Direitos e Prerrogativas aponta avanços, ações preventivas e estratégias de interiorização</i>	38
<i>OAB–BA vai solicitar força-tarefa ao TRT–5 para agilizar pagamento de precatórios e RPVs</i>	39
<i>OAB Bahia cobra celeridade da Polícia Civil em operação contra golpe do falso advogado</i>	41
<i>OAB–BA debate entraves da Justiça na Bahia e define estratégias para enfrentar problemas estruturais</i>	43
<i>Procuradoria da OAB–BA ultrapassa 1,8 mil procedimentos abertos em 2026</i> ...	44
<i>OAB–BA apresenta avanços em Inteligência Artificial no uso para advocacia</i> ...	45
<i>Ouvidoria da OAB–BA registra mais de 3 mil atendimentos e reforça papel estratégico no acolhimento à advocacia e à sociedade</i>	47



94 ANOS

BAHIA

Mensagem da presidenta Daniela Borges

Com grande satisfação, lançamos esta edição da Revista da OAB Bahia, que captura o trabalho multifacetado da nossa entidade na promoção da advocacia e dos direitos dos cidadãos. O conteúdo a seguir destaca avanços significativos, com ênfase na adoção de tecnologias de ponta, na proteção firme das prerrogativas profissionais e no avanço da luta pela igualdade no âmbito jurídico.

Avançamos tecnologicamente para empoderar a classe em toda a Bahia. Disponibilizamos gratuitamente a inteligência artificial jurídica LIVIA, recurso inovador que facilita o dia a dia dos advogados e advogadas com ferramentas acessíveis e eficientes para enfrentar os novos desafios da profissão.

Conquistamos marcos relevantes na defesa das nossas prerrogativas. O CNJ atendeu nossa solicitação e eliminou a obrigatoriedade de reconhecimento de firma em procurações imobiliárias, agilizando práticas cotidianas. A OAB Bahia assegurou também o término do sigilo genérico nos autos do Detran-BA, reforçando a transparência e facilitando o acesso da advocacia.

O nosso Conselho Seccional referendou o atualizado Regimento Interno da Secretaria Única de Processos Ético-Disciplinares (Suped), aperfeiçoando fluxos com precisão e celeridade e adequando-os aos processos digitais. Ademais, promovemos debates sobre a criação do Fórum Permanente de Gênero e Justiça buscando fortalecer implementação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do CNJ, por meio de articulação entre instituições do sistema de Justiça e órgãos públicos.

Essa e outras iniciativas que estão nas páginas a seguir retratam o esforço conjunto por uma advocacia forte, íntegra e inovadora. Expresso minha gratidão a cada colega da diretoria, conselho, comissões, subseções e a toda a advocacia baiana, que constrói diariamente uma OAB Bahia mais forte e inclusiva. Prosseguimos unidos, convictos de que a advocacia permanece fundamental na promoção da justiça e no fortalecimento dos direitos fundamentais em nossa sociedade.

Daniela Borges

Presidenta da OAB Bahia

CNJ acolhe pedido da OAB-BA e derruba exigência de reconhecimento de firma em procurações imobiliárias

Decisão unânime reafirma fé pública da advocacia e anula norma do TJBA que impunha burocracia sem amparo legal

Em mais uma vitória institucional em defesa das prerrogativas da advocacia e da desburocratização dos serviços públicos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) julgou procedente, por unanimidade, o pedido da OAB Bahia para anular a exigência de reconhecimento de firma em procurações outorgadas a advogados para a prática de atos em cartórios de registro de imóveis. A regra havia sido imposta pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) por meio de norma administrativa.

A decisão foi proferida no julgamento do Procedimento de Controle Administrativo (PCA), relatado pela conselheira Daiane Nogueira de Lira. No processo, a OAB-BA, por meio de sua Procuradoria Jurídica e de Prerrogativas, questionou a legalidade do parágrafo 3º do artigo 1.019 do Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro do Estado da Bahia, instituído pelo

Provimento Conjunto CGJ/CCI nº 15/2023, que estabelecia a exigência sem respaldo na legislação federal.

“A advocacia é função essencial à Justiça. O que o CNJ faz, ao acolher o pedido da OAB-BA, é reafirmar esse entendimento e coibir exigências ilegais que dificultam o exercício profissional, encarecem procedimentos e afastam o cidadão do acesso à Justiça e aos serviços registrais”, destacou a presidenta da OAB Bahia, Daniela Borges.

O procurador-geral da OAB-BA, Rafael Mattos, explicou que a exigência contrariava normas expressas do ordenamento jurídico. “O Estatuto da Advocacia e o Código de Processo Civil asseguram a fé pública dos atos praticados por advogados no exercício profissional. Não havia previsão legal para exigir reconhecimento de firma em procurações apresentadas por advogados, o que tornava a norma do TJBA incompatível com a legislação federal”, afirmou.

Ao acolher o pedido da OAB-BA, o CNJ reconheceu que a norma criava obstáculos indevidos ao exercício profissional da advocacia. Em seu voto, a relatora destacou que a imposição generalizada do reconhecimento de firma parte da presunção de que os instrumentos de mandato apresentados por advogados seriam duvidosos, o que não é razoável. Para o CNJ, a medida representava uma “inversão de valores”, já que **a segurança jurídica não pode ser construída sob a presunção da má-fé.**



OAB-BA e PMBA articulam apuração rigorosa sobre agressões a advogados em Ipiaú

Instituições manifestaram repúdio às violações de prerrogativas sofridas pelos profissionais Gean Rodrigo e Marina Carmo; Corregedoria da PM confirmou abertura de investigação

A OAB Bahia e a OAB Ipiaú formalizaram uma ação conjunta para garantir a apuração imediata das graves agressões e violações de prerrogativas sofridas pelos advogados Gean Rodrigo e Marina Carmo. O episódio ocorreu em janeiro deste ano, no município de Ipiaú, enquanto os profissionais acompanhavam um cliente em situação de flagrante.

Em resposta à atuação da Ordem, o corregedor-geral da Polícia Militar da Bahia (PMBA), coronel Delmo, confirmou a abertura de um procedimento para apurar a conduta dos envolvidos. A confirmação ocorreu durante reunião realizada em 21 de janeiro, em Salvador, com representantes da seccional baiana.

De acordo com o relato institucional, os advogados foram impedidos de exercer plenamente suas funções, sofrendo ofensas morais e ameaças por parte de policiais militares, mesmo após a devida identificação funcional. Além da violência verbal, houve a apreensão ilegal do aparelho celular de um dos profissionais. O caso ganhou contornos de ataque

institucional, uma vez que Marina Carmo preside a Comissão de Prerrogativas da Subseção de Ipiaú.

“O que aconteceu é absolutamente inaceitável e fere frontalmente as prerrogativas da advocacia. A atuação da OAB é firme para assegurar que os fatos sejam rigorosamente apurados e os responsáveis, punidos”, afirmou a presidenta da OAB-BA, Daniela Borges.

O presidente da OAB Ipiaú, Paulo César Júnior, também repudiou o episódio. “Nossa atuação foi imediata e seguirá sendo firme, em conjunto com a OAB Bahia. Nenhuma prerrogativa será violada, nenhuma ameaça será tolerada”, reforçou.

Além da reunião com a PMBA, a OAB-BA e a OAB Ipiaú divulgaram nota conjunta de repúdio. O vice-presidente da seccional, Hermes Hilarião, o procurador-geral, Rafael Mattos, e o presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB-BA, Saulo Guimarães, reforçaram que a Ordem acompanhará cada etapa do processo administrativo e judicial.



Após mobilização da OAB-BA, TJBA lança concurso para juiz substituto com 100 vagas

Além do concurso, Tribunal publicou editais de remoção que alcançam mais de 50 varas em 44 comarcas baianas, atendendo reivindicação histórica da seccional baiana

O Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) lançou edital para a realização de concurso público destinado ao provimento de 100 vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de juiz substituto. O edital foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico em janeiro.

Nos últimos anos, **a seccional baiana se mobilizou de forma permanente no TJBA para cobrar a abertura de concursos públicos**, diante do expressivo déficit de juízes que compromete a regular prestação jurisdicional em diversas comarcas do estado. Entre as ações, estão o envio de ofícios, reuniões institucionais com a gestão do Tribunal e encaminhamento ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“A publicação desse edital é uma grande vitória para a advocacia e para toda a sociedade. A realização de concursos públicos sempre foi uma das principais bandeiras da OAB Bahia, porque sabemos que a recomposição adequada dos quadros é fundamental para assegurar uma Justiça mais eficiente e oferecer um melhor atendimento à população”, afirmou a presidenta da OAB-BA, Daniela Borges.

Além do concurso, o TJBA também publicou editais de remoção de juízes, contemplando mais de 50 varas em 44 comarcas de entrâncias intermediária e final, abrangidas por 29 subseções da OAB-BA, além da própria seccional. A iniciativa atende a pleitos reiterados da OAB-BA e das subseções, que vêm alertando para a situação crítica enfrentada pela advocacia do interior.

A coordenadora do Colégio de Presidentes de Subseções da OAB-BA, Leonellea Pereira, celebrou as conquistas, mas ressaltou que a mobilização continua. **“Essa movimentação demonstra que o diálogo institucional e a união da advocacia trazem resultados.** Hoje foi publicado o edital do concurso da magistratura, um pleito antigo da OAB, e não sossegaremos até que todas as comarcas do interior estejam providas para garantir uma prestação jurisdicional célere e acessível à população. Nossa atuação permanecerá firme”, concluiu.



“o diálogo institucional e a união da advocacia trazem resultados”

Leonellea Pereira

OAB vai ao STF defender o sigilo da advocacia

Tema alcança o núcleo essencial das prerrogativas e a eficácia do direito de defesa no Estado Democrático de Direito



O Conselho Pleno da OAB aprovou, por unanimidade, em fevereiro, o ingresso da Ordem como *amicus curiae* no Recurso Extraordinário 1.490.568/GO (Tema 1441), em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF). **O processo discute a compatibilidade do sigilo profissional do advogado com a celebração de acordo de colaboração premiada quando o próprio defensor figura como investigado.**

Em seu voto, a conselheira federal e relatora da matéria Esmeralda Oliveira (BA) ressaltou que o sigilo profissional possui natureza de instituto de ordem pública, configurando-se como direito e dever do advogado. Segundo ela, trata-se de garantia conferida ao cidadão, e não de benefício pessoal do profissional, assegurando que informações confiadas ao defensor não sejam utilizadas pelo Estado em seu desfavor.

O voto também enfatiza que o sigilo profissional constitui pilar indispensável da administração da Justiça, sendo essencial para a preservação da confiança na relação entre defensor e constituinte. A admissão de colaboração premiada baseada em informações obtidas no exercício da advocacia comprometeria a integridade do sistema de defesa e a confiança institucional depositada na profissão.

Para Esmeralda Oliveira, a atuação institucional da OAB no feito deverá concentrar-se na defesa da constitucionalidade do artigo 7º, § 6º-I, da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia), bem como na fixação da tese de que **é nula a colaboração premiada de advogado contra cliente fundada em fatos conhecidos no exercício da profissão**, por violar o sigilo profissional e o núcleo essencial do direito de defesa.

Fonte: CFOAB

OAB-BA disponibiliza inteligência artificial jurídica LIVIA

Ferramenta reúne automação de documentos, gestão de processos e atendimento por IA em uma única plataforma

A advocacia brasileira passa por um processo acelerado de transformação digital, impulsionado pelo uso de ferramentas de inteligência artificial desenvolvidas especificamente para o setor jurídico. Nesse cenário, a LIVIA se consolida como uma das principais soluções disponíveis para a classe, reunindo, em um único ambiente, recursos de automação, gestão e apoio técnico à atuação profissional.

Disponibilizada gratuitamente para a advocacia pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Bahia (OAB-BA), a plataforma foi desenvolvida pela legaltech Forlex, como única inteligência artificial brasileira com modelos próprios e parceira oficial da OAB Nacional. **Voltada ao universo jurídico, a tecnologia é treinada com base em legislação, jurisprudência e doutrina nacionais,** utilizando arquitetura proprietária e sem dependência de APIs externas com alto índice de imprecisão em contextos legais.

Além disso, a plataforma opera com total adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo segurança no tratamento das informações e rastreabilidade em todas as etapas do processo. Testes internos apontam ganhos de produtividade de até cinco vezes, especialmente na execução de tarefas operacionais e na organização de fluxos de trabalho.

Diferentemente de ferramentas generalistas, a LIVIA funciona como um ecossistema integrado de gestão e produção jurídica, permitindo ao advogado — e também a outros profissionais e gestores — centralizar atividades operacionais e estratégicas.

Com integração direta a projetos e clientes, a assistente atua de forma contínua no apoio à rotina profissional.

Na prática, o uso da LIVIA tem potencial para: reduzir tempo em tarefas operacionais; aumentar a produtividade sem ampliar equipes; padronizar documentos e fluxos; melhorar a gestão de processos e clientes; fortalecer a atuação estratégica do profissional; e ampliar a clareza e a eficiência na condução das demandas.

Entre os principais recursos da plataforma estão:

- geração automatizada de documentos jurídicos;
- gestão de clientes, casos e projetos;
- acompanhamento processual com alertas;
- pesquisa de jurisprudência contextualizada;
- organização de tarefas em fluxo visual (kanban);
- armazenamento seguro de arquivos em ambiente estruturado, com extração inteligente de informações;
- atendimento automatizado ao cliente.

Automação de documentos com base jurídica confiável

Uma das funcionalidades centrais da LIVIA é a geração automatizada de peças jurídicas, como



petições, contratos e notificações. A plataforma utiliza bases jurídicas estruturadas e realiza checagem de informações, garantindo maior confiabilidade na produção dos documentos. Na prática, o advogado insere os dados do caso e recebe um documento estruturado, pronto para revisão e adequação estratégica, reduzindo significativamente o tempo de elaboração. A LIVIA também permite que o profissional consulte dúvidas, explore cenários e avalie riscos jurídicos.

A ferramenta pode ser utilizada para:

- esclarecer questões legais;
- estruturar argumentos;
- apoiar decisões estratégicas;
- revisar conteúdos técnicos.

Pesquisa jurídica e jurisprudência aplicada

Outro diferencial da plataforma é a capacidade de realizar busca de jurisprudência, indicando decisões recentes relacionadas aos temas dos processos. Como a ferramenta foi treinada com bases jurídicas brasileiras, os resultados tendem a ser mais aderentes à prática forense, ampliando a qualidade da fundamentação jurídica.

Gestão integrada e controle de prazos

- monitoramento de movimentações processuais por CPF, CNPJ ou número do processo;
- alertas automáticos de prazos;
- organização de atividades em agenda integrada;
- visualização de fluxos por meio de quadro kanban.

Atendimento automatizado e triagem de demandas

A plataforma também oferece atendimento ao cliente por inteligência artificial, com **respostas automáticas, triagem de demandas e envio de atualizações**. Esse recurso permite maior agilidade no relacionamento com clientes, especialmente em escritórios com grande volume de consultas, sem substituir o atendimento jurídico qualificado.

Gestão de dados e segurança da informação

Outro ponto relevante é o armazenamento de documentos em ambiente seguro, com leitura inteligente de arquivos e extração rápida de informações relevantes. A centralização de dados contribui para a organização do escritório, redução de burocracias e proteção de informações sensíveis, tornando a rotina profissional mais eficiente e estruturada.

A LIVIA funciona como um ecossistema integrado de gestão e produção jurídica





OAB-Bahia acompanhará cumprimento de medidas determinadas pelo CNJ nas Turmas Recursais do TJBA

Decisões garantem mais transparência nos julgamentos, limitam decisões monocráticas e encerram os chamados “julgamentos secretos”

A vitória histórica da OAB Bahia em defesa das prerrogativas da advocacia nas Turmas Recursais do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) foi um dos principais temas debatidos na **primeira sessão do Conselho Pleno da seccional em 2026**. A reunião foi realizada em fevereiro, no auditório da OAB-Bahia, localizado na Rua Portão da Piedade.

Durante o encontro, a presidenta da OAB Bahia, Daniela Borges, destacou a relevância das medidas obtidas pela seccional no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ressaltou que a entidade seguirá acompanhando de perto a efetiva implementação das determinações. **“Nosso papel, agora, é assegurar que tudo que foi decidido esteja, de fato, sendo cumprido.** Para isso, é fundamental que a advocacia nos informe sobre eventuais descumprimentos. A OAB-Bahia seguirá vigilante e adotará todas as providências cabíveis”, afirmou a presidenta.

Em dezembro do ano passado, o CNJ deu provimento parcial aos Procedimentos de Controle Administrativo (PCAs) ajuizados pela Procuradoria Jurídica da OAB-Bahia, encerrando uma atuação institucional que se estendeu por mais de três anos. **O trabalho resultou em avanços significativos para a advocacia baiana,** como a ampliação da transparência nos julgamentos, limitação das decisões monocráticas nas Turmas Recursais, exigência de quórum completo de magistrados, fim dos chamados “julgamentos secretos” e a padronização dos julgamentos eletrônicos.

Ainda sobre a melhoria da prestação jurisdicional, o Conselho Pleno também repercutiu outro Procedimento de Controle Administrativo ajuizado pela OAB-Bahia no CNJ, desta vez voltado ao enfrentamento do déficit de magistrados no estado. Além do concurso público anunciado pelo

TJBA, o PCA solicitou a adoção de medidas complementares, como a elaboração de um plano de governança específico para o preenchimento das vagas existentes.

“Estamos otimistas com o encaminhamento dos nossos pedidos. Percebemos uma postura de diálogo e boa vontade do novo presidente do Tribunal, desembargador José Rotondano.

“Agora, precisamos avançar para uma solução estrutural, que seja definitiva e perene”

Daniela Borges

O anúncio do concurso, pelo qual a OAB-BA lutou incansavelmente, é, sem dúvida, um passo importante. Agora, precisamos avançar para uma solução estrutural, que seja definitiva e perene”, avaliou Daniela Borges.

Na mesma linha, o vice-presidente da OAB-BA, Hermes Hilarião, destacou que o anúncio do concurso representa um avanço, mas ponderou que outras medidas ainda são necessárias. “Tivemos recentemente a notícia do novo concurso público, o que é positivo, mas isso, por si só, não resolve o problema. Esperamos que também seja formado cadastro de reserva e que sejam adotadas outras medidas para que essa situação seja, de fato, solucionada de forma definitiva”, reforçou.

Ajuizado pela seccional em dezembro do ano passado, o PCA segue em tramitação no CNJ.



OAB-BA realiza desagravo em defesa do presidente da subseção de Serrinha, Nelson Filho

Ato ocorreu na Câmara Municipal de Teofilândia, em repúdio a ofensas proferidas pelo vereador Reinaldo Pinheiro Queiroz



Em ato realizado no dia 10 de fevereiro, na Câmara Municipal de Teofilândia, a OAB Bahia desagravou o advogado Nelson Gonçalves Cardoso Filho, presidente da subseção de Serrinha. A medida teve como objetivo **repudiar as declarações públicas do vereador Reinaldo Pinheiro Queiroz que atingiram o advogado durante sua atuação institucional**, especificamente no cumprimento do dever de fiscalização profissional estabelecido pelo Estatuto da Advocacia.

Presente à manifestação, a presidenta da OAB Bahia, Daniela Borges, ressaltou que a defesa das prerrogativas da advocacia é um compromisso permanente da gestão. “O desagravo público é um instrumento que se soma às medidas judiciais já adotadas pela Ordem para acolher o colega e, sobretudo, deixar claro que **não será tolerado qualquer tipo de desrespeito à atuação da advocacia**”, afirmou.

Ao agradecer o apoio da instituição, o presidente da OAB Serrinha, Nelson Filho, destacou a importância da medida. “Sairemos daqui com a certeza de que esse ato fortalece nossa entidade e a advocacia. Continuaremos até o fim, até o último dia do nosso mandato, na defesa das prerrogativas e da democracia, fiscalizando atos que violem nosso código de ética”, disse.

Além do desagravo, a OAB Bahia encaminhou o nome do vereador ao **Cadastro Nacional de Violadores de Prerrogativas do Conselho Federal da OAB**.

Participaram do ato o vice-presidente da OAB-BA, Hermes Hilarião, o secretário adjunto da seccional, Raphael Pitombo, e o presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas, Saulo Guimarães.

Comissão de Prerrogativas da OAB-BA atua em plantão e garante assistência à advocacia durante Carnaval

Atuação incluiu participação em reuniões com SSP-BA, acompanhamento de prisão de advogado e garantia de acesso de advogada a cliente custodiado

A OAB Bahia manteve atuação permanente durante o Carnaval 2026, por meio da Comissão de Direitos e Prerrogativas, assegurando suporte à advocacia em diferentes frentes. Ao longo da folia, a Comissão acompanhou demandas em tempo real e participou diariamente de reuniões do Centro Integrado de Comando e Controle da Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA), fortalecendo o diálogo com as forças de segurança e garantindo respostas mais ágeis.

A atuação incluiu o acompanhamento da prisão de um advogado, com assistência imediata e atuação conjunta com a Procuradoria da Seccional para assegurar o respeito às prerrogativas. Também houve intervenção em um caso de restrição de

acesso de uma advogada a um cliente custodiado no Presídio de Serrinha, prontamente resolvido após ação da Comissão.

Para o presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas, Saulo Guimarães, a atuação no período carnavalesco reafirma o compromisso permanente com a advocacia. **"A defesa das prerrogativas é inegociável e contínua. Mesmo durante o Carnaval, a OAB-BA permaneceu vigilante e atuante. Estivemos presentes, acompanhando ocorrências, dialogando com as autoridades e intervindo sempre que necessário para assegurar o livre exercício profissional. Essa é uma missão permanente da Ordem",** concluiu.



Câmara Municipal homenageia presidenta e vice-presidente da OAB-BA

Em solenidade no Plenário Cosme de Farias, Daniela Borges recebeu Medalha Thomé de Souza e Hermes Hilarião foi agraciado com Título de Cidadão Soteropolitano

A Câmara Municipal de Salvador realizou, no dia 26 de fevereiro, sessão solene para homenagear a presidenta da OAB Bahia, Daniela Borges, e o vice-presidente, Hermes Hilarião. O Plenário Cosme de Farias reuniu autoridades, membros da advocacia e representantes da sociedade civil.

Daniela Borges recebeu a **Medalha Thomé de Souza**, a mais alta honraria da capital baiana, proposta pelo vereador Maurício Trindade. Já Hermes Hilarião foi agraciado com o **Título de Cidadão de Salvador**, de autoria do presidente da Câmara, Carlos Muniz, com entrega feita pelo vereador Kiki Bispo.

O vereador Maurício Trindade destacou que as homenagens refletem a importância da Ordem para o equilíbrio democrático da cidade. “Homenagear Daniela Borges e Hermes Hilarião é, acima de tudo, reconhecer o trabalho incansável da OAB Bahia em defesa das prerrogativas da advocacia e dos direitos fundamentais do cidadão soteropolitano”, afirmou.



Em seu pronunciamento, Daniela Borges destacou o simbolismo da honraria e o papel coletivo da advocacia baiana na defesa das instituições democráticas. “Recebo esta Medalha Thomé de Souza com profunda gratidão e senso de responsabilidade. Esta não é uma homenagem individual, mas um reconhecimento à advocacia baiana, que diariamente luta pela justiça”, pontuou.

Oficialmente cidadão soteropolitano, Hermes Hilarião celebrou o vínculo afetivo e profissional com a cidade. “Sempre me senti soteropolitano de coração e, hoje, recebo este título com a honra de quem renova seus votos de amor e serviço a Salvador. Seguiremos trabalhando para que a voz da advocacia continue sendo o pilar de defesa do cidadão nesta cidade que tanto nos orgulha”, concluiu.



“Esta não é uma homenagem individual, mas um reconhecimento à advocacia baiana”

Daniela Borges

“Recebo este título com a honra de quem renova seus votos de amor e serviço a Salvador”

Hermes Hilarião





TRE-BA garante honorários a advogados dativos em Maragogipe com base na tabela da OAB-BA

Parceria entre seccional e TRE-BA no sistema OAB Dativa fortalece advocacia

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) garantiu os honorários devidos aos advogados dativos que atuaram na defesa de investigada em ação eleitoral em Maragogipe. No julgamento do Recurso Eleitoral nº 0600983-97.2024.6.05.0118, cujo relator foi o desembargador eleitoral Danilo Costa Luiz, **o TRE-BA acolheu o pedido acessório de fixação de honorários em favor dos advogados dativos nomeados** para defender investigada em Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) que apurava suposta fraude à cota de gênero nas eleições de 2024, em Maragogipe.

A Corte reconheceu que a atuação dos advogados foi essencial para assegurar o contraditório e a ampla defesa, determinando a expedição de Requisição de Pequeno Valor (RPV) para viabilizar o pagamento na Justiça Federal da 1ª Região. Ao arbitrar o montante, o relator levou em conta a Tabela de Honorários da OAB-BA.

No voto, é destacada a política institucional construída entre o TRE-BA e a seccional para assegurar

defesa técnica a quem não pode custear advogado, por meio do sistema OAB Dativa, que regulamenta a nomeação e o pagamento de advogados dativos na Justiça Eleitoral baiana.

Para a presidenta da OAB Bahia, Daniela Borges, a decisão é sinal de respeito à tabela de honorários e à dignidade profissional da advocacia. “Ao aplicar a tabela de honorários da OAB-BA e quantificar a verba em patamar compatível com a natureza da causa, o TRE-BA envia uma mensagem de respeito à função constitucional da advocacia”, disse.

O conselheiro seccional Ubirajara Ávila, presidente da Comissão de Advocacia Dativa da OAB-BA e idealizador do sistema OAB Dativa, comemorou a decisão. **“Esse reconhecimento reforça a valorização da nossa profissão.** Cabe também ressaltar a utilização da ferramenta OAB Dativa, ressaltando o compromisso da OAB Bahia na luta incessante pela elevação da nossa classe”, concluiu.

OAB Bahia abre programação do Março Mulher com diálogo sobre liderança feminina e desafios da advocacia

Podcast reuniu presidentas da OAB-BA, Daniela Borges, e da OAB-ES, Érica Neves

A presidenta da OAB Bahia, Daniela Borges, abriu a programação do Março Mulher com a gravação de um podcast ao lado da presidenta da OAB Espírito Santo, Érica Neves. **Ambas foram as primeiras mulheres a presidir suas respectivas seccionais da OAB.** A conversa abordou temas, como liderança feminina, mercado de trabalho e expectativas para a Conferência Nacional da Advocacia.

Ao abrir o diálogo, Daniela destacou que a pauta da equidade precisa ser permanente. **"Os temas são urgentes na promoção da igualdade de gênero.** A gente precisa tratar do assunto todos os dias.

Março é apenas um mês de dar um holofote maior para uma série de temas", afirmou, ao questionar Érica sobre sua trajetória à frente da Ordem no Espírito Santo.

Em resposta a Daniela, Érica classificou sua eleição como um movimento de evolução institucional. "É o ápice de qualquer instituição colocar mulheres na presidência. A advocacia entendeu esse espírito e essa necessidade. Tenho a honra e a sensibilidade de entender que isso é ser espelho", declarou





“É o ápice de qualquer instituição colocar mulheres na presidência”

Érica Neves

Sobre os principais obstáculos no mercado de trabalho, Daniela destacou que, apesar de investirem mais em capacitação, **as mulheres ainda recebem menos que os homens, realidade ainda mais severa para as mulheres negras.** “São importantes políticas que mudam essa realidade”, defendeu.

Ao final, Érica demonstrou entusiasmo com a realização da Conferência Nacional da Advocacia, que será realizada na Bahia. “Minha expectativa é enorme. Tenho a sorte de presidir a OAB do Espírito Santo no ano do evento na Bahia e vem uma caravana enorme de lá. **Estaremos, aqui, fazendo da festa da advocacia o maior evento jurídico do planeta**”, concluiu.



Quinto Constitucional: OAB-BA disponibiliza edital para formação de lista sêxtupla para vaga de desembargador do TRT5

Também foi disponibilizada portaria que cria Comissão Especial Temporária para o Quinto Constitucional

A OAB Bahia disponibilizou, no Diário Eletrônico da Ordem do dia 3 de março, o Edital nº 002/2026-DE, que instaura o processo seletivo para a formação da lista sêxtupla destinada ao **preenchimento de vaga de desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5)**, reservada à advocacia pelo quinto constitucional. O prazo de inscrições foi aberto no dia 20/03 com término no dia 08/04.

Tanto a lista prévia com até 12 nomes, que será formada pelo Conselho Seccional, quanto a lista sêxtupla a ser encaminhada ao Tribunal, que será

escolhida por consulta direta à advocacia, atenderão a **critérios de paridade de gênero e equidade racial.**

Foi disponibilizada, também, na mesma edição do Diário Eletrônico da OAB, a Portaria nº 0075/2026 – GP, que cria a Comissão Especial Temporária para o Quinto Constitucional. A comissão será presidida pelo conselheiro seccional Fabrício Bastos e contará, como membros, com a conselheira federal Mariana Oliveira e o conselheiro seccional Luis Vinicius Aragão.



Projeto OAB Sustentável evita emissão de mais de 200 toneladas de CO₂

Iniciativa baseada em energia solar já gerou mais de 200 mil kWh e trouxe economia superior a R\$ 100 mil para subseções da Bahia. Além dos ganhos ecológicos, o projeto também apresenta resultados financeiros expressivos. Somadas, as subseções já alcançaram uma economia de R\$ 111.969,56. Resultados foram apresentados pelo vice-presidente da OAB-BA, Hermes Hilarião, durante o V Colégio de Presidentes de Subseções em Barreiras.

Luiz Coutinho é indicado pela OAB Nacional para representar advocacia no CNMP

O conselheiro federal baiano Luiz Coutinho foi indicado pela OAB Nacional para atuar como representante institucional permanente da advocacia no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A designação foi formalizada por meio da Resolução nº 04/2026 e comunicada oficialmente pela Presidência da entidade, com mandato de 25 de março de 2026 a 25 de março de 2027.



OAB Bahia garante fim de sigilo genérico em processos do Detran-BA

Em mais uma vitória em defesa da advocacia, a Justiça Federal declarou a ilegalidade de um ato administrativo do Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran-BA) que impunha sigilo generalizado a todos os processos administrativos de suspensão e cassação do direito de dirigir. A decisão atendeu a uma Ação Civil Pública ajuizada pela OAB-BA e reforçou o equilíbrio entre proteção de dados e prerrogativas da advocacia.





Advocacia baiana participa do cortejo da Lavagem do Bonfim

Cortejo reuniu advogados e advogadas em caminhada até a Colina Sagrada, unindo fé, tradição e defesa das pautas da advocacia baiana na Lavagem do Bonfim, reafirmando o vínculo com uma das mais expressivas manifestações culturais e religiosas do estado. A OAB-BA reuniu a classe em um ato que combinou devoção, tradição popular e posicionamento institucional, levando ao cortejo pautas prioritárias para a classe.

OAB-BA e TRT5 firmam acordo para implantar sistema de nomeação de advogados dativos na Justiça do Trabalho

A OAB Bahia e o TRT5 firmaram acordo para implantar o "OAB Dativa", sistema que auxilia na nomeação de advogados dativos na Justiça do Trabalho. O termo foi assinado pelas presidentas da OAB-BA, Daniela Borges, e do Tribunal, Ivana Mércia Magaldi, com a presença do vice-presidente da seccional, Hermes Hilarião. Também utilizado pelo TRE-BA, o OAB Dativa foi idealizado pela seccional para democratizar a advocacia dativa e dar mais agilidade à Justiça.





Com participação da OAB-BA, TJBA instala 3ª Vara de Execuções Penais de Salvador

Com a participação da OAB Bahia, o TJBA instalou a 3ª Vara de Execuções Penais (VEP) da Comarca de Salvador, com competência exclusiva para o acompanhamento de pessoas em regime aberto. A seccional foi representada pelo presidente da Comissão de Sistema Prisional e Segurança Pública da OAB-BA, o advogado e professor Marcos Melo.



TJBA aprova instalação da 2ª Vara Cível em Porto Seguro após pleito da OAB-BA e da subseção local

Após intensa articulação da OAB Bahia, em conjunto com a OAB Porto Seguro, o TJBA aprovou a instalação da 2ª Vara Cível na comarca. Desde 2019, a seccional vem empreendendo uma série de iniciativas voltadas à criação da nova unidade jurisdicional, entre elas reuniões com a diretoria do Tribunal, visitas institucionais e o encaminhamento de pedidos formais.



OAB-BA participa da Marcha 8M em Salvador e reforça compromisso com o enfrentamento à violência contra as mulheres

A OAB Bahia participou da Marcha 8M realizada em Salvador, em alusão ao Dia Internacional da Mulher. Com o tema “Março Mulher; advocacia reunida por vida, paz e justiça”, o ato também reuniu representantes de diversos coletivos femininos em uma caminhada entre o Morro do Cristo e o Farol da Barra. A mobilização integrou a programação realizada na Bahia para marcar a data.



Advocacia de Barreiras ganha duas novas salas da OAB Bahia

A OAB Bahia reinaugurou duas salas da advocacia em Barreiras, no Oeste baiano, ampliando a estrutura de apoio à classe na região. Os espaços estão localizados no Sistema dos Juizados Especiais e na Vara do Trabalho do município. Os ambientes contam com computadores, impressoras, mesas de reunião e acesso a serviços digitais do OAB Conecta, como o Navegador do Advogado, seguindo o padrão das demais unidades da seccional.

Conselho Seccional da OAB-BA aprova, por unanimidade, novo Regimento Interno da Suped

Atualização ajusta normativa à digitalização dos processos ético-disciplinares, atualiza norma de 2008 e formaliza rotinas administrativas da Secretaria Única de Processos Ético-Disciplinares

O Conselho Seccional da OAB Bahia aprovou, por unanimidade, a atualização do Regimento Interno da Secretaria Única de Processos Ético-Disciplinares (Suped), substituindo o antigo regulamento da Secretaria de Processos Ético-Disciplinares (SPED) de 2008, que já não refletia a estrutura atual nem o modelo eletrônico adotado pela seccional. A mudança acompanha a reorganização iniciada com o Regimento do Tribunal de Ética e Disciplina (2020) e consolidada com a criação da Suped pela Resolução nº 13/2024.

A atualização considera a digitalização integral dos processos ético-disciplinares, intensificada desde a pandemia, e adapta a normativa a essa realidade. “A atualização do regimento da Suped era uma necessidade diante das mudanças institucionais, especialmente com a digitalização dos processos”, afirmou a presidenta da OAB-BA, Daniela Borges.

O novo regimento também reorganiza a estrutura administrativa, define níveis hierárquicos e formaliza rotinas internas, além de prever apoio de advogados na análise processual. Para a presidenta do Tribunal de Ética e Disciplina, Emília Roters Ribeiro, a medida representa avanço na organização e no funcionamento do Tribunal. **“O antigo regimento era de 2008 e já não refletia a estrutura atual nem a forma como os processos tramitam hoje”, afirmou.**

O texto foi simplificado, evitando sobreposição de temas com outras normas, e incorporou contribuições de servidores da secretaria, consolidando práticas já adotadas e tornando o documento mais objetivo e funcional.



OAB-BA prepara relatório sobre demandas da advocacia no Tribunal de Justiça da Bahia

Documento será construído a partir da escuta das subseções e da advocacia baiana e reunirá diagnóstico detalhado das comarcas no Estado para apresentação ao TJBA

A OAB Bahia está elaborando um relatório com as principais demandas da advocacia baiana em relação ao funcionamento do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA).

O levantamento está sendo construído a partir da escuta dos presidentes e presidentas das

subseções da OAB em todo o estado. A iniciativa busca reunir informações detalhadas sobre a realidade das comarcas, varas e unidades judiciárias, incluindo a capital, para traçar um diagnóstico abrangente sobre o funcionamento da Justiça na Bahia.





O levantamento está sendo construído a partir da escuta dos presidentes e presidentas das subseções da OAB em todo o estado

A presidenta da OAB-BA, Daniela Borges, explicou que a participação das subseções é fundamental para garantir um retrato fiel da situação do Judiciário em todo o estado. **“São os presidentes e presidentas das subseções que conhecem de perto a realidade das comarcas e o cotidiano da advocacia em cada região.** Por isso pedimos que sejam encaminhadas informações detalhadas, com a indicação dos principais problemas enfrentados, inclusive com identificação das unidades e magistrados quando necessário, para que possamos apresentar ao TJBA e ao CNJ um diagnóstico consistente da situação da Justiça na Bahia”, afirmou.

OAB-BA discute criação do Fórum Permanente de Gênero e Justiça com representantes do sistema de Justiça e do Poder Público

Iniciativa busca fortalecer aplicação do Protocolo do CNJ na Bahia



A OAB Bahia se reuniu, no dia 24 de fevereiro, com representantes dos sistemas de Justiça estadual e federal e de órgãos do Poder Público com o objetivo de discutir a implementação do Fórum Interinstitucional Permanente de Gênero e Justiça, que busca fortalecer, de forma articulada, a implementação da Resolução CNJ nº 492/2023 na Bahia. A norma tornou obrigatória a adoção do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero em todo o Judiciário brasileiro.

Concebido como um espaço permanente de diálogo, o órgão atuará no compartilhamento de experiências, formulação de propostas, definição de boas práticas e articulação de ações conjuntas de capacitação e monitoramento da execução do Protocolo. **A proposta é transformar a obrigatoriedade normativa em prática institucional efetiva no estado.**



“A Resolução 492 do CNJ representa um avanço fundamental, mas sua efetividade depende de compromisso e monitoramento constantes. O Fórum terá justamente como propósito transformar diretrizes normativas em práticas concretas”, afirmou a presidenta da OAB-BA, Daniela Borges.

Responsável pela condução do órgão, a coordenadora do Comitê de Acompanhamento e Capacitação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero da OAB-BA, Joana Rodrigues, destacou que, apesar da obrigatoriedade da norma, sua aplicação ainda não ocorre de forma adequada. **“Diante dessa realidade, entendemos que é preciso avançar”, completou.**

Além de Joana Rodrigues e Daniela Borges, representando a OAB-BA, participaram as integrantes do Comitê do Protocolo; Beatriz Novoa, conselheira seccional; e a advogada Veruska Schimidt; além da conselheira federal Esmeralda Oliveira.

Representando outras instituições, estiveram presentes a desembargadora Carina Canguçu, do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia; a juíza Dilza Crispina Maciel Santos, do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região; a juíza federal Dayana de Azevedo Bião de Souza, da Seção Judiciária da

“Diante dessa realidade, entendemos que é preciso avançar”

Joana Rodrigues

Bahia do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; a procuradora do Município Luciana Rodrigues, representando a Procuradoria-Geral do Município de Salvador; e a desembargadora Nágila Maria de Sales Brito, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Também participaram a procuradora do Trabalho Greice Carolina Novais de Souza, do Ministério Público do Trabalho na Bahia; o promotor de Justiça Rogério Luís Gomes de Queiroz, do Ministério Público do Estado da Bahia; o procurador do Estado Ronaldo Ferreira Nunes, da Procuradoria-Geral do Estado da Bahia; a secretária Municipal de Política para Mulheres, Infância e Juventude, Fernanda Lordello; e Izabel Martins, da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

TJBA cria Grupo de Saneamento para destravar processos em comarcas do interior

Medida mobiliza magistrados e servidores para reduzir acervo processual até julho de 2026 e contempla as comarcas de Formosa do Rio Preto, Cocos, Ipiaú, Barreiras e Ibotirama

O Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) instituiu um Grupo de Saneamento da Corregedoria-Geral para atuar em comarcas do interior com elevado volume de processos represados. **A medida contempla as comarcas de Formosa do Rio Preto, Cocos, Ipiaú, Barreiras e Ibotirama.** O grupo foi criado por decreto assinado pelo presidente do TJBA, desembargador José Rotondano, e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Salomão Resedá, com atuação prevista até 31 de julho de 2026.

O grupo atuará especificamente na Vara de Jurisdição Plena da Comarca de Formosa do Rio Preto, na Vara de Jurisdição Plena da Comarca de Cocos, na 1ª Vara de Feitos de Relações de Consumo Cíveis e Comerciais da Comarca de Ipiaú, na 3ª Vara de Feitos de Relações de Consumo Cíveis e Comerciais da Comarca de Barreiras e na Vara Cível da Comarca de Ibotirama.

O objetivo é adotar providências voltadas ao andamento processual, incluindo julgamento de ações, prolação de decisões e despachos, realização de audiências e sessões de júri, além da prática de atos ordinatórios e cartorários.

A OAB-BA construiu um diálogo com a corte para **promover soluções diante das dificuldades que a advocacia encontra nestas e em outras comarcas do interior.** “A OAB Bahia tem atuado de forma permanente para garantir que a advocacia e a sociedade tenham acesso a uma Justiça mais célere e eficiente. A criação desse grupo deve ser parabenizada, porque dá a atenção necessária a comarcas carentes”, afirmou a presidenta da OAB-BA, Daniela Borges.

A força-tarefa contará com a atuação de magistrados e servidores e será dividida em duas frentes de trabalho: uma equipe estratégica, responsável pelo planejamento e monitoramento das atividades, e uma equipe operacional, encarregada da execução dos atos judiciais e das inspeções presenciais nas unidades.

“A OAB Bahia tem atuado de forma permanente para garantir que a advocacia e a sociedade tenham acesso a uma Justiça mais célere e eficiente”

Daniela Borges



OAB-BA destaca avanço histórico com aprovação de projeto que criminaliza misoginia

Proposta aprovada por unanimidade no Senado reforça combate à violência de gênero e segue para nova análise na Câmara

Com histórico consolidado na defesa dos direitos das mulheres, a OAB Bahia comemorou a aprovação, pelo Senado Federal, em 24 de março, do Projeto de Lei nº 896/2023, que **criminaliza a prática de misoginia e a equipara ao crime de racismo.**

De autoria da senadora Ana Paula Lobato e relatado pela senadora Soraya Thronicke, o projeto já havia sido aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado em outubro do ano passado e retorna agora à Câmara dos Deputados, onde seguirá para nova análise.

Para Daniela Borges, primeira presidente mulher da seccional baiana em 90 anos, a medida reforça o compromisso institucional contra a violência de gênero. **"A aprovação representa um avanço significativo no ordenamento jurídico brasileiro,** que fortalece os mecanismos de responsabilização contra este tipo de violência. A criminalização da misoginia é um passo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária", destacou.

"A aprovação representa um avanço significativo no ordenamento jurídico brasileiro"

Daniela Borges



As presidentas das duas comissões da OAB-BA voltadas à valorização da mulher também ressaltaram a relevância da iniciativa. “Ao tipificar essa conduta, o Estado brasileiro dá um recado claro de que não há espaço para práticas discriminatórias contra mulheres”, afirmou a presidenta da Comissão de Proteção aos Direitos da Mulher, Fernanda Graziella.

Já a presidenta da Comissão da Mulher Advogada, Thais Bandeira, destacou que, “além de coibir condutas, a medida tem um forte caráter educativo, ao promover a conscientização da sociedade sobre a gravidade da misoginia e suas consequências”.

A OAB-BA também se destaca por sua atuação pioneira na defesa da paridade de gênero no Sistema OAB e pela representatividade nos espaços de liderança

Além das comissões, a seccional desenvolve uma série de **políticas institucionais voltadas à promoção da equidade de gênero, ao enfrentamento da violência e do assédio e à ampliação da participação feminina em espaços de liderança.** Entre as iniciativas mais recentes, está a articulação de um fórum estadual de gênero e justiça, que busca fortalecer a implementação do Protocolo do Conselho Nacional de Justiça para Julgamento com Perspectiva de Gênero em todo o Poder Judiciário brasileiro.

“Em sintonia com o avanço do PL, **o Fórum busca fortalecer a aplicação da perspectiva de gênero no Judiciário,** que deverá estar preparado, também, para julgar as demandas decorrentes do descumprimento desse projeto de lei e dar a resposta que a sociedade espera”, explicou a advogada Joana Rodrigues, coordenadora do comitê da seccional que acompanha a implementação do protocolo do CNJ.

Também entre as ações da seccional voltadas à promoção da equidade de gênero, estão a conquista do Selo Lilás, concedido pelo governo do estado a instituições que atuam na defesa dos direitos das mulheres, e a manutenção de estruturas de apoio, como a Ouvidoria da Mulher Advogada e a Procuradoria Adjunta de Gênero e Raça. A OAB-BA também se destaca por sua atuação pioneira na defesa da paridade de gênero no Sistema OAB e pela representatividade nos espaços de liderança: **atualmente 20 das 37 subseções da seccional são presididas por mulheres.**

OAB-BA reage à ausência do INSS em audiências e cobra posicionamento do TRF-1

Entidade vai criar grupo de trabalho, emitir parecer técnico e formalizar repúdio institucional diante de prejuízos à advocacia e à população vulnerável

A Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Bahia (OAB-BA) irá intensificar a atuação institucional diante das demandas envolvendo o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com foco na **ausência do órgão previdenciário em audiências e na demora no cumprimento de decisões judiciais.**

Entre as medidas anunciadas, estão a criação de um grupo de trabalho (GT), a emissão de nota de repúdio fundamentada com parecer técnico e a adoção de outras manifestações institucionais, incluindo possíveis representações junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O tema foi debatido durante o V Colégio de Presidentes de Subseções ocorrido em Barreiras.

“Vamos provocar o retorno imediato do INSS às audiências, com uma nota técnica apontando os direitos violados, além de identificar os descumprimentos do Código de Processo Civil e entrar com

representações no CNJ com casos específicos”, disse a presidenta da OAB-BA, Daniela Borges.

A presidenta da Subseção de Guanambi, Daniela Coroaci, alertou que a ausência do INSS nas audiências é uma prática nacional, formalizada pelo próprio órgão desde janeiro deste ano. “O que me preocupa é que isso gera repercussão no processo e prejuízo para a população e para a advocacia”, afirmou. Segundo ela, a situação se agrava pela postura do TRF-1. “O réu comunica à Justiça que não vai comparecer, e a Justiça aceita essa ausência. **Na prática, quem conduz a audiência é o conciliador,** pois o magistrado também não aparece”, criticou.

Como encaminhamento, foi proposta a elaboração de um parecer técnico da OAB-BA e cobrar providências do TRF-1, além da padronização da atuação dos magistrados.



Relatório da Comissão de Direitos e Prerrogativas aponta avanços, ações preventivas e estratégias de interiorização

A meta estabelecida para 2026 é reduzir o número de processos por violações em 20%



“Já temos iniciativas desenhadas, como o fortalecimento da interiorização com a Caravana de Prerrogativas e o aprimoramento do balcão virtual”

Saulo Guimarães

A Comissão de Direitos e Prerrogativas (CDP) da OAB-BA apresentou, durante o V Colégio de Presidentes de Subseções, em Barreiras, **o relatório de atuação referente aos últimos seis meses de atividade.** O documento reúne avanços estruturais, conquistas normativas, ações preventivas e estratégias de interiorização, com o objetivo de ampliar a presença institucional da Ordem e fortalecer a proteção da advocacia em todo o estado.

De acordo com o presidente da CDP, Saulo Guimarães, nos últimos seis meses, a comissão contabilizou 286 processos relacionados a violações de prerrogativas, com média de 41 por mês, todos devidamente registrados e acompanhados. **A meta estabelecida para 2026 é reduzir esse número em 20%.**

Em relação à distribuição das demandas, as subseções de Ilhéus, Serrinha, Alagoinhas, Vitória da Conquista e Valença concentram 38,6% dos casos ativos. O perfil dos profissionais que mais acionam a comissão também foi mapeado: cerca de 60% dos advogados têm entre 30 e 49 anos.

Entre as principais violações identificadas, estão negativas institucionais e barreiras ao exercício profissional, especialmente por parte de agentes policiais. Outro problema recorrente apontado no relatório diz respeito ao funcionamento do balcão virtual, com registros de falhas no atendimento.

Segundo Saulo Guimarães, **os dados levantados vão subsidiar um planejamento estratégico já em andamento, com foco regional e ações estruturantes.** “Já temos iniciativas desenhadas, como o fortalecimento da interiorização com a Caravana de Prerrogativas e o aprimoramento do balcão virtual. Também vamos ampliar o projeto ‘Atender é Lei’, que trata as negativas de atendimento por autoridades e agentes públicos, e estruturar e capacitar as comissões de prerrogativas no interior do estado”, concluiu.

OAB-BA vai solicitar força-tarefa ao TRT-5 para agilizar pagamento de precatórios e RPVs

Decisão foi tomada durante o V Colégio de Presidentes, em Barreiras, diante de queixas sobre lentidão nos pagamentos e déficit estrutural no tribunal

A Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Bahia – vai encaminhar ofício ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT-BA) solicitando a realização de uma **força-tarefa para dar celeridade à liberação de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs)**. A decisão foi tomada durante o V Colégio de Presidentes de Subseções ocorrido no município de Barreiras.

A presidente da Comissão de Precatórios da OAB-BA, Ilana Kátia Vieira Campos, criticou o funcionamento do setor responsável no TRT-5. “O setor de precatórios do TRT não funciona. O pagamento das preferências constitucionais e dos precatórios da Embasa, com valores disponibilizados em caixa desde dezembro, vem sendo efetuado muito lentamente. Fui lá e alegaram falta de servidores”, afirmou.

Já o corregedor regional do TRT-5, desembargador Marcos Oliveira Gurgel, reconheceu as limitações enfrentadas pela estrutura do tribunal. **“Temos escassez de servidores e magistrados.** Não há perspectivas de concurso e não temos estrutura para

atender às demandas por dificuldade de pessoal. Qualquer movimentação depende do que vem do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Acredito que a Justiça se faz com magistrados, advogados e servidores e vamos tentando resolver as demandas”, declarou.

As dificuldades também foram reforçadas por presidentes de subseções do interior. **“Há um encurtamento do acesso à Justiça. Temos problemas crônicos e queremos um olhar do tribunal para isso,** além da necessidade da realização de concurso para juízes e servidores”, disse a presidente da Subseção Barreiras, Bárbara Mariani.

Diante do cenário, a presidenta da OAB-BA, Daniela Borges, reforçou o papel institucional da Ordem na construção de soluções. “Como proposta do Colégio de Presidentes, vamos encaminhar o pedido de força-tarefa dos precatórios e podemos capitanear um movimento em prol da Justiça do Trabalho para um concurso. Vamos construir soluções”, afirmou.



Reunião com o TJBA

No mês de março, a Comissão de Precatórios da OAB Bahia se reuniu com a nova gestora do Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), juíza Adriana Sales Braga. O encontro teve como foco a discussão de temas relevantes para a advocacia e para os credores de precatórios no estado.

Entre os principais assuntos tratados, estão a inspeção que será realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nas unidades judiciais e administrativas do TJBA, prevista para abril deste ano, e a expectativa de retomada do pagamento de precatórios no exercício de 2026.

Durante a reunião, também foi apresentado o novo Sistema de Administração de Precatórios (Sapre), ferramenta que será lançada em abril e que busca modernizar os procedimentos de expedição e protocolo de ofícios requisitórios. **O sistema será integrado ao PJe e operado pelas Varas da Fazenda Pública,** com a proposta de contribuir para a agilização dos novos processos de precatórios.





OAB Bahia cobra celeridade da Polícia Civil em operação contra golpe do falso advogado

Durante Colégio de Presidentes de Subseções, em Barreiras, seccional reiterou urgência na repressão ao crime e detalhou ações institucionais de combate à fraude

O enfrentamento ao golpe do falso advogado, crime que utiliza a identidade de profissionais para enganar clientes com falsas promessas de liberação de créditos, foi um dos temas centrais do V Colégio de Presidentes de Subseções da OAB-BA. O encontro reuniu lideranças da advocacia e autoridades da Polícia Civil nos dias 26 e 27 de março, em Barreiras.

Virtualmente, o delegado titular de Repressão a Crimes Cibernéticos (DRCC), Bruno Pereira, atualizou o andamento das operações. Segundo ele, **o trabalho identificou diversos envolvidos, com foco principal no estado de São Paulo.**

“Já foram encontradas diversas provas. O relatório de investigação policial já está bem robusto. Para vocês terem uma ideia, são 141 páginas de dados telemáticos. Estamos próximos de deflagrar a operação neste sentido”, adiantou o delegado, pontuando que a complexidade da quebra de dados exige cooperação entre instituições.

A presidenta da OAB-BA, Daniela Borges, **reconheceu o cuidado e a seriedade das investigações, mas cobrou celeridade.** “A ansiedade é grande, porque já estamos há bastante tempo demandando uma solução. Desde agosto do ano passado, o delegado Jorge Figueiredo anunciou a operação. Outros estados, inclusive, já a deflagraram com muito sucesso. Sem diminuir a complexidade do processo, a advocacia e a sociedade precisam de uma resposta urgente. Estamos trabalhando preventivamente, mas a repressão é fundamental”, destacou.

“A ansiedade é grande, porque já estamos há bastante tempo demandando uma solução”

Daniela Borges

Avanço legislativo e mobilização nacional

Também presente à sessão, a secretária-geral adjunta do Conselho Federal e corregedora nacional, Christina Cordeiro, que também é conselheira federal pela OAB-ES, detalhou a articulação da Ordem na construção e aprovação do PL 4709/2025 pela Câmara, na semana passada. O projeto, que agora segue para o Senado, prevê penas de até oito anos de prisão para quem utilizar indevidamente identidades profissionais ou fraudar sistemas da Justiça.

Segundo ela, **a OAB teve atuação decisiva na elaboração da nota técnica que fundamentou o projeto**, além de intensificar campanhas de conscientização sobre o golpe. “Temos feito um trabalho amplo nos nossos canais institucionais, mas ainda enfrentamos o desafio de romper a bolha. Por isso, nosso objetivo agora é construir uma campanha nacional, em parceria com operadoras de telefonia e plataformas digitais, para alcançar um público mais amplo e promover educação preventiva”, explicou.

“Temos feito um trabalho amplo nos nossos canais institucionais, mas ainda enfrentamos o desafio de romper a bolha”

Thais Bandeira

Frente baiana de combate ao golpe

Na Bahia, a seccional tem atuado em diversas frentes para coibir a prática do golpe do falso advogado. A presidenta Daniela Borges destacou que a OAB-BA, em conjunto com o Conselho Federal e demais seccionais, ajuizou Ação Civil Pública (ACP) contra plataformas digitais, bancos e operadoras, **exigindo medidas rigorosas de segurança, como a validação de identidade e indenizações por danos morais coletivos.**

A atuação também envolve reuniões interinstitucionais com o Ministério Público (MPBA), Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), Justiça Federal, Polícia Federal e Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA) para cobrar soluções integradas, a criação de um Grupo de Trabalho específico para o tema e o lançamento de cartilhas educativas, além da manutenção do canal denuncias@oab-ba.org.br para o encaminhamento de casos às autoridades.

OAB-BA debate entraves da Justiça na Bahia e define estratégias para enfrentar problemas estruturais

Colégio de Presidentes de Subseções destacou ausência de magistrados nas comarcas, acúmulo de substituições e mudanças na lotação de servidores aprovados em concurso do TJBA

Os principais desafios da prestação jurisdicional na Bahia foram debatidos no dia 26 de março, no V Colégio de Presidentes de Subseções da OAB-BA, realizado em Barreiras. **O encontro reuniu dirigentes da advocacia de diversas regiões do estado e apontou problemas estruturais que impactam diretamente o acesso à Justiça.**

Entre os entraves mais citados, destacam-se a ausência de magistrados nas comarcas onde atuam e o acúmulo de substituições, situações que comprometem a eficiência do serviço prestado à população.

O presidente da OAB Jacobina, Alisson Lima, relatou situações concretas de ausência de magistrados. “Temos caso de juiz que não reside na comarca e posta no Tribunal do Júri em Salvador”, pontuou.

A presidenta da OAB-BA, Daniela Borges, afirmou que a seccional já está adotando medidas para enfrentar o problema. Segundo ela, o Tribunal de Justiça da Bahia se comprometeu a fornecer informações sobre a lotação dos magistrados. “Já levamos essa pauta à presidência do Tribunal e à Corregedoria e também estamos estruturando um plano de ação próprio. **Vamos levantar dados no Diário Oficial e, se necessário, adotar medidas formais junto à Corregedoria contra situações irregulares de não residência nas comarcas**”, explicou.

Também foram destacadas, no Colégio, a preocupação com mudanças na lotação de servidores aprovados em concurso do TJBA, com a segurança dos depósitos judiciais vinculados ao Banco de Brasília (BRB), esta última levantada pela presidenta da OAB Porto Seguro, Fernanda Salvatore, e com a necessidade de manutenção e constante atualização do Processo Judicial Eletrônico (PJe), considerado essencial para o bom funcionamento da Justiça.

“Vamos levantar dados no Diário Oficial e, se necessário, adotar medidas formais junto à Corregedoria”

Daniela Borges



Procuradoria da OAB-BA ultrapassa 1,8 mil procedimentos abertos em 2026

Estrutura, desafios e metas do órgão foram debatidos no V Colégio de Presidentes de Subseções, em Barreiras

Com 1.817 procedimentos em curso e uma estrutura composta por 10 advogados, a Procuradoria da OAB-BA se consolidou como **um dos principais pilares de defesa das prerrogativas e do exercício profissional da advocacia baiana**. O funcionamento, a organização e os desafios do órgão estiveram em pauta no V Colégio de Presidentes de Subseções da OAB-BA, realizado em Barreiras.

O gerente da Procuradoria, Edgard Freitas, destacou o caráter multifacetado da atuação do órgão, que abrange demandas institucionais, prerrogativas e questões sociais em diferentes instâncias. Ele também ressaltou que os procedimentos recebidos pela Procuradoria variam em natureza e grau



de complexidade e ressaltou a importância da formalização adequada dos pedidos. “É fundamental que eles cheguem bem instruídos” pontuou.

À frente da Procuradoria Adjunta do Interior, estrutura criada em novembro do ano passado para ampliar a capilaridade do órgão nas subseções, a procuradora Marilda Sampaio reforçou o papel de integração com o Colégio. **“Nosso objetivo é que possamos ser uma ponte de soluções para as subseções”**, disse.

Sobre o volume de demandas, Marilda disse que a meta é que até o final deste ano a totalidade delas seja processada, respondida ou devidamente encaminhada.

O Colégio também contou com a apresentação da procuradora adjunta de Gênero e Raça, Lilian Azevedo, que detalhou a atuação do setor com o objetivo de ampliar a proteção institucional à advocacia sob a perspectiva das desigualdades estruturais e reforçou o compromisso em garantir que o pleno exercício da advocacia passe pelo enfrentamento das desigualdades de gênero e raça. **“Ainda que pareça algo inalcançável, seguiremos fazendo nosso trabalho”**, concluiu.



OAB-BA apresenta avanços em Inteligência Artificial no uso para advocacia

Relatório do Grupo de Trabalho destacou entregas estratégicas, capacitação e soluções digitais para modernizar exercício profissional

A OAB Bahia apresentou o relatório de atividades do Grupo de Trabalho sobre Inteligência Artificial, consolidando um conjunto de iniciativas voltadas à inovação, modernização e fortalecimento da advocacia baiana. O balanço foi apresentado pelo vice-presidente da Seccional, Hermes Hilarião, e reúne as principais entregas e ações desenvolvidas pelo GT.

Entre os destaques, estão o lançamento da LIVIA, ferramenta de inteligência artificial criada para auxiliar advogados, estagiários e colaboradores da OAB-BA, e a realização de uma campanha publicitária baseada em recomendação do Conselho Federal da OAB, com foco na orientação sobre boas práticas no uso da inteligência artificial.

No campo da formação, o relatório aponta que está em andamento, por meio da Escola Superior de Advocacia (ESA), um curso de pós-graduação em Inteligência Artificial, voltado à capacitação prática e estratégica da advocacia. O documento mostra, ainda, que o GT atuou institucionalmente ao encaminhar ofício ao Tribunal de Justiça da Bahia, sugerindo a adoção de soluções baseadas em inteligência artificial para automatizar rotinas e ampliar a celeridade dos serviços judiciais.

Além das ações diretamente relacionadas à IA, o relatório reúne um conjunto de soluções digitais disponibilizadas pela OAB-BA, como o acesso gratuito à plataforma Jusbrasil, permitindo consulta a um amplo banco de dados processuais;





**“Estamos
construindo uma
OAB cada vez mais
digital, eficiente
e conectada com
as necessidades
da classe”**

Hermes Hilarião

o “Sociedade Digital”, que viabiliza a abertura virtual de sociedades; o suporte remoto fornecido pelo CPD; e o sistema de Recorte Digital.

Também fazem parte do ecossistema digital o “Meu Escritório Virtual”, sistema gratuito de gestão profissional; “OAB Conecta”, que amplia o acesso a espaços físicos e tecnológicos para a advocacia; o programa “Anuidade Zero”, que reduz custos por meio de *cashback*; “Navegador do Advogado”; “INSS Digital”; e o canal “PrerrogAtiva Online”; além do “MovimentaAção”, estratégia para enfrentamento da morosidade do Judiciário.

De acordo com Hermes Hilarião, o conjunto de iniciativas demonstra o compromisso da gestão com a inovação e a valorização da advocacia. “Estamos construindo uma OAB cada vez mais digital, eficiente e conectada com as necessidades da classe, **utilizando a tecnologia como aliada para garantir melhores condições de trabalho** e mais celeridade na prestação jurisdicional”, destacou.

Ouvidoria da OAB-BA registra mais de 3 mil atendimentos e reforça papel estratégico no acolhimento à advocacia e à sociedade

Relatório do segundo semestre de 2025 evidencia crescimento da atuação do órgão e impacto na redução de demandas ao Tribunal de Ética e Disciplina

A Ouvidoria da OAB Bahia apresentou o Relatório de Atividades do segundo semestre de 2025, com **mais de 3 mil atendimentos registrados entre 2 de junho e 30 de dezembro do ano passado**. Elaborado sob a supervisão do ouvidor-geral Antônio Menezes e do ouvidor adjunto Ary Moreira, o documento analisa as demandas recebidas e acompanha todo o fluxo de atendimento, consolidando o órgão como um canal de diálogo entre advocacia, instituição e sociedade.

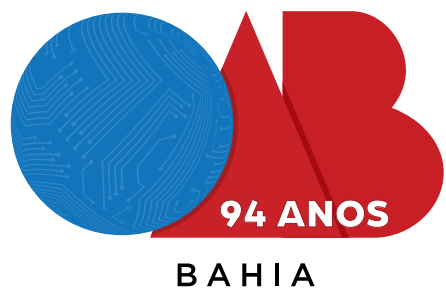
No período, foram realizados 1.831 atendimentos presenciais a advogados, estagiários de Direito e cidadãos, com destaque para os serviços de emissão de cartas de revogação — para cancelar poderes concedidos a advogados — e consulta de dados profissionais para restabelecimento de contato entre clientes e advogados, além de orientações jurídicas e institucionais.

O relatório também destaca a atuação por meio digital. No mesmo período, a Ouvidoria recepcionou 1.360 manifestações enviadas por e-mail por advogados e cidadãos, contendo dúvidas, solicitações, reclamações, sugestões e críticas.

De acordo com o ouvidor-geral, Antônio Menezes Filho, os números apresentados demonstram a importância estratégica do setor. **“Os dados evidenciam que a Ouvidoria é hoje um espaço primordial para o acolhimento e a busca de soluções**, contribuindo diretamente para o fortalecimento da relação entre a OAB e seus públicos”, destacou.

O relatório destaca, ainda, que a atuação preventiva da Ouvidoria, com orientações e mediações iniciais, tem reduzido o envio de demandas ao Tribunal de Ética e Disciplina, evitando a judicialização e garantindo soluções mais céleres.





94 ANOS

BAHIA

Cuidar

Há 80 anos, a CAAB transforma cuidado em presença, acolhimento em compromisso e história em futuro.

Porque defender direitos também é cuidar de quem os defende.

**SEMPRE
FOI NOSSA
CAUSA**



**SIGA NOSSAS
REDES SOCIAIS**



www.caab.org.br



@caab_oficial





12:29



Só tá faltando você!

MAIS DE
12.000
ADVOGADOS(AS)
JÁ SE CADASTRARAM NO TOTALPASS

VAI FICAR DE FORA? 👁️

ADVPASS | **TOTALPASS**
Mais bem-estar.



**MAIS SAÚDE E BEM ESTAR
PARA A ADVOCACIA**

